

Jutahy quer diretas até para presidente

O GLOBO

SALVADOR (O GLOBO) — O senador indireto Jutahy Magalhães (ex-Arena) defendeu ontem, enfaticamente, a inclusão, na carta de princípios do PDS, da defesa das eleições diretas em todos os níveis, ao contrário do que se vem propondo, de apenas fazer o tema constar do programa de ação partidária.

Ao apresentar sugestões para a elaboração do programa e da carta de princípios do partido do governo, Jutahy afirmou que "o PDS tem que ter uma preocupação grande com a defesa da classe média, com a liberdade sindical e a participação dos empregados nos lucros das empresas, e ver como um objetivo desejável, embora ainda distante, a co-gestão entre empregados e patrões, como já acontece, por exemplo, na Alemanha".

Na opinião de Jutahy, deve ainda constar do programa do PDS uma preocupação com o problema fundiário, "reivindicando a execução do Estatuto da Terra, sem com isso ferir o direito de propriedade". Defendeu também a inclusão, no documento, da luta contra os desníveis regionais, da melhoria do nível de educação da população e da oferta de habitações populares, além de "uma preocupação especial com a região Nordeste como um todo".

Como ponto prioritário, no entanto, o senador espera uma

definição sobre a defesa dos interesses da classe média "tanto urbana como rural", e da livre empresa nacional, "demonstrando que o partido não é estatizante". Em seguida, segundo ele, viriam as questões sindical e fundiária. Quanto à grande influência das multinacionais no Brasil, disse que não é xenófobo: "Não devemos ter receio das multinacionais, e sim controlá-las dentro do interesse nacional, pois temos leis para isso e um governo capaz e honesto".

Ao afirmar que vai votar a favor da emenda Lobão, que restabelece eleições diretas para governador, Jutahy observou que não crê que, regimentalmente, a apresentação de qualquer emenda semelhante, mesmo pelo governo, prejudique seu andamento. "Por isso — disse — tenho a impressão de que até 25 de março teremos uma solução a respeito dela".

Sobre a hipótese de uma Constituinte, o senador é da opinião que "legal, ética e politicamente o Congresso tem poderes para elaborar uma nova Carta Constitucional", e ele mesmo já fez algumas sugestões de temas. Finalmente admitiu que a eleição presidencial direta "é uma meta a ser alcançada já em 1984", mas acha que essa é uma decisão a ser tomada em conjunto por um ou mais partidos.